

A alta do desemprego e a precarização do trabalho no Brasil pandêmico

The rise in unemployment and the precariousness of work in pandemic Brazil

João Gabriel Hubner Gomes¹
Geovani Bernardes Dias Júnior²

124

Resumo: A melhoria das atividades econômicas, o alavancamento da empregabilidade e o possível crescimento do PIB brasileiro não foi o bastante para que os impactos pandêmicos não fossem vistos de forma efetiva no mercado de trabalho, o que faz com que o país siga com uma alta considerada de desemprego, subocupações de trabalho e uma baixa perspectiva no que tange a empregabilidade em meados de 2021. Este trabalho busca identificar fatores na relação do desemprego e na precarização do trabalho relacionados ao momento pós-pandemia em que o mundo se encontra a partir do ano de 2021.

Palavras-chave: Empregabilidade, Pandemia, Impactos pandêmicos, Precarização do trabalho.

Abstract: The improvement in economic activities, the leverage of employability, and the possible growth of the Brazilian employability was not enough to confront the pandemic impacts not to be seen in the labor market, which causes the country to continue with a high unemployment rate, underemployment, and a low perspective in terms of employability in

¹ Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT do Instituto Federal de Brasília - IFB, licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), pós-graduado em Ensino de Geografia pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI/ES) e pós-graduado em Geografia e Análise ambiental pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) (Lato Sensu). Atualmente trabalha como Orientador Pedagógico e Educacional da Fundação Bradesco unidade de Ceilândia - DF. Participou como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES) e também como colaborador de pesquisa da Embrapa Cerrados (CPAC). Linhas de pesquisa de interesse: Educação e Ensino em Geografia, Percepção e Vivência do lugar, práticas de ensino em educação ambiental e modificações da Paisagem Urbana, Produção do Espaço Urbano e Educação Profissional. E-mail profjoaogms@gmail.com

² Formado em Administração pela Faculdade Cidade João Pinheiro. Especialista em Gestão Ambiental pela Faculdade Noroeste de Minas. MBA em Gestão Pública, Educacional e Hospitalar pela Universidade Federal de Uberlândia. Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Miami. Atualmente Professor de Administração e Gestão na Fundação Bradesco. E-mail: geovani.escv.ufop@gmail.com

Recebido em 16/07/2022

Aprovado em 27/08 /2022

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



mid-2022. This paper seeks to identify factors in the relationship between unemployment and job insecurity related to the post-pandemic moment in 2022.

Keywords: Employability, Pandemic impacts, pandemic, Labor precarization

INTRODUÇÃO:

É notório que a categoria trabalho ganha destaque dentro da historicidade humana e nas ciências sociais como um todo, isso por se tratar de uma categoria guarda chuva que abarca um número grande de possibilidades de análises. Entretanto, utilizaremos aqui como referencial teórico norteador de nossa análise o trabalho na concepção de Marx. No pensamento de Marx o homem enquanto ser histórico e social tende a transformar a natureza com o objetivo de suprir as suas necessidades por processos dinâmicos que vão se tornando cada vez mais sofisticados. Assim, o trabalho é uma atividade vital. Para Marx, ele teria uma conotação positiva, no entanto, quando o processo de trabalho dá-se como fim a relação de exploração do capitalismo, na qual o trabalhador aliena o produto e a sua força de trabalho, o mesmo se torna negativo. (MARX, 1985, p.202, apud OLIVEIRA 2006, p.77). Concretizando esse pensamento Ferreira (2017) destaca a importância do trabalho para a humanidade:

Trabalho é toda ação humana no ambiente, transformando-se em acordo com as demandas e os anseios. É essencialmente ativo e visa ao alcance de um objeto. Portanto, trata-se de atividade na qual o sujeito investe energia, tempo e conhecimento, produzindo resultados. Da mesma maneira, é pelo trabalho que se compreende a história da humanidade, pois cada ser humano e cada formação societária elabora sua historicidade, na medida em que produz, por meio do trabalho. (FERREIRA, 2017, p. 22-23)

Para Saviani (2007) existe uma essência humana marcada pelo trabalho:

Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico. (SAVIANI, 200, p.154)

Desse modo, é infundado pensar a existência do homem sem a condição daquilo que o produz, ou seja, o trabalho, pois como bem define Saviani (pág. 155, 200) “é o trabalho que define a essência humana. Isso significa que não é possível ao homem viver sem trabalhar”. O que nos permite algumas reflexões: se o trabalho é tão vital para a formação da humanização

porque existe uma parcela significativa de pessoas sem essa função? E porque o desemprego se torna estruturante e reprodutivo ao longo do mundo globalizado em que vivemos?

De acordo com a pesquisa nacional de amostragem de domicílios - PNAD do IBGE (2021a): o Brasil possui hoje uma taxa de desocupação de 14,2% conforme indicado na tabela 01 a seguir. Isso significa dizer que 14,3 milhões de pessoas estão sem nenhuma atividade remunerada frente aos 86 milhões de pessoas que estão ocupadas, em uma população total estimada de 213 milhões de habitantes (IBGE, 2021). Além disso, a taxa de informalidade atingiu o limite de 39,7% sendo 0,9% a mais que o trimestre anterior.

Tabela 01 - Taxa de desocupação – Brasil – 2012-2021 (%)

| | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|-------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| nov-dez-jan | | 7,2 | 6,4 | 6,8 | 9,5 | 12,6 | 12,2 | 12,0 | 11,2 | 14,2 |
| dez-jan-fev | | 7,7 | 6,7 | 7,4 | 10,2 | 13,2 | 12,6 | 12,4 | 11,6 | |
| jan-fev-mar | 7,9 | 8,0 | 7,2 | 7,9 | 10,9 | 13,7 | 13,1 | 12,7 | 12,2 | |
| fev-mar-abr | 7,7 | 7,8 | 7,1 | 8,0 | 11,2 | 13,6 | 12,9 | 12,5 | 12,6 | |
| mar-abr-mai | 7,6 | 7,6 | 7,0 | 8,1 | 11,2 | 13,3 | 12,7 | 12,3 | 12,9 | |
| abr-mai-jun | 7,5 | 7,4 | 6,8 | 8,3 | 11,3 | 13,0 | 12,4 | 12,0 | 13,3 | |
| mai-jun-jul | 7,4 | 7,3 | 6,9 | 8,5 | 11,6 | 12,8 | 12,3 | 11,8 | 13,8 | |
| jun-jul-ago | 7,3 | 7,1 | 6,9 | 8,7 | 11,8 | 12,6 | 12,1 | 11,8 | 14,4 | |
| jul-ago-set | 7,1 | 6,9 | 6,8 | 8,9 | 11,8 | 12,4 | 11,9 | 11,8 | 14,6 | |
| ago-set-out | 6,9 | 6,7 | 6,6 | 8,9 | 11,8 | 12,2 | 11,7 | 11,6 | 14,3 | |
| set-out-nov | 6,8 | 6,5 | 6,5 | 9,0 | 11,8 | 12,0 | 11,6 | 11,2 | 14,1 | |
| out-nov-dez | 6,9 | 6,2 | 6,5 | 8,9 | 12,0 | 11,8 | 11,6 | 11,0 | 13,9 | |

Fonte: IBGE (2021a), Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Continuada.

Cabe destacar, que a redução da população ocupada afeta diretamente a economia de maneira geral, diminuindo o número de consumidores. Para Antunes (2018, pág. 44) “produção é consumo e que consumo é produção. O ciclo completo é constituído por produção, consumo, distribuição, circulação ou troca”. Outro ponto importante a ser analisado diz respeito à população que em grande maioria são de classes baixa e média. Para Antunes (2018):

A noção marxista de classe média remete a um tema bastante complexo, que transcende a esfera da materialidade, uma vez que, para compreender as classes sociais, é necessário apreender uma complexa dimensão relacional entre o mundo da objetividade e o da subjetividade, o que se opõe à unilateralização que, com frequência, ocorre quando se discute o tema das classes sociais. (ANTUNES, 2018, p. 59).

Essa impressão da classe média é reafirmada ainda pelo mesmo autor não pelo rendimento, mais pela ocupação no processo de trabalho, Antunes (2018):

Assim, o conceito de classes médias não pode ser determinado nem centralmente nem de modo exclusivo pela renda percebida, quando a análise é de inspiração ontológica. As clivagens que as atingem e as particularizam são muito mais profundas. Se as classes médias mais *tradicionais* devem ser definidas pelo papel que ocupam no processo de trabalho, predominantemente intelectual e não manual (de que são exemplos os funcionários públicos, médicos, advogados, profissionais liberais etc.). (ANTUNES, 2018, p. 59 - 60).

Deste modo, essa parcela populacional hoje composta por diferentes classes, vive da renda média de aproximadamente R\$ 2.521 reais por mês em 2021, conforme demonstrado pela tabela 02.

Tabela 02 - Rendimento médio mensal real habitualmente recebido – Brasil – 2012/2021 - (R\$)

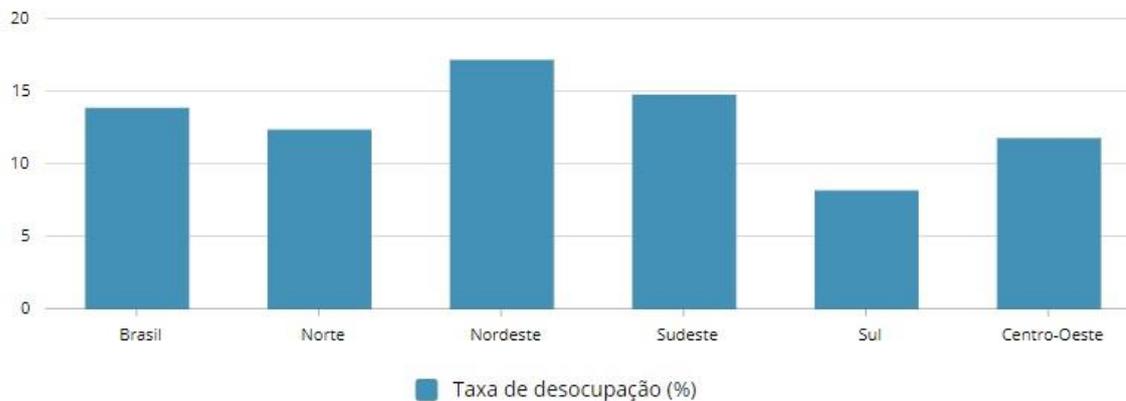
| | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|-------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| nov-dez-jan | | 2 333 | 2 400 | 2 455 | 2 374 | 2 391 | 2 423 | 2 466 | 2 466 | 2 521 |
| dez-jan-fev | | 2 349 | 2 423 | 2 450 | 2 358 | 2 397 | 2 434 | 2 475 | 2 467 | |
| jan-fev-mar | 2 307 | 2 362 | 2 449 | 2 450 | 2 377 | 2 411 | 2 433 | 2 466 | 2 487 | |
| fev-mar-abr | 2 319 | 2 368 | 2 448 | 2 444 | 2 358 | 2 400 | 2 443 | 2 454 | 2 516 | |
| mar-abr-mai | 2 311 | 2 371 | 2 445 | 2 432 | 2 367 | 2 397 | 2 443 | 2 437 | 2 557 | |
| abr-mai-jun | 2 316 | 2 391 | 2 434 | 2 438 | 2 342 | 2 388 | 2 441 | 2 435 | 2 602 | |
| mai-jun-jul | 2 328 | 2 407 | 2 430 | 2 420 | 2 345 | 2 389 | 2 432 | 2 429 | 2 637 | |
| jun-jul-ago | 2 335 | 2 422 | 2 445 | 2 408 | 2 366 | 2 386 | 2 443 | 2 438 | 2 636 | |
| jul-ago-set | 2 332 | 2 423 | 2 454 | 2 407 | 2 362 | 2 398 | 2 433 | 2 436 | 2 638 | |
| ago-set-out | 2 330 | 2 429 | 2 463 | 2 396 | 2 367 | 2 405 | 2 435 | 2 455 | 2 597 | |
| set-out-nov | 2 327 | 2 421 | 2 447 | 2 378 | 2 370 | 2 414 | 2 438 | 2 466 | 2 564 | |
| out-nov-dez | 2 324 | 2 402 | 2 449 | 2 367 | 2 382 | 2 414 | 2 451 | 2 460 | 2 528 | |

Fonte: IBGE (2021a), Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua.

Portanto, o processo de precarização ocasionado pela alta do desemprego e a pandemia no capital financeiro resultou em uma ampliação da proletarização de outras classes econômicas, conforme demonstra Antunes (2018):

No presente, com a enorme expansão do capitalismo financeirizado, amplos setores das classes médias vivenciam um intenso processo de proletarização, como os trabalhadores de serviços que, uma vez “mercadorizados”, se tornam, como vimos, cada vez mais partícipes (direta ou indiretamente) do processo amplo de valorização do capital. (ANTUNES, 2018, p. 61).

Essas populações, de diferentes classes estão distribuídas quase que em todo o território nacional, conforme demonstrado no gráfico 01, porém a baixa ocupação populacional resulta em uma pressão nas regiões historicamente desfavorecidas no alouçamento das massas trabalhadoras. Destaco aqui a região nordeste do país.

Gráfico 01 - Taxa de Desocupação no Brasil e nas Grandes Regiões, 4º trimestre 2020.

Fonte: IBGE (2020).

De acordo com IBGE (2020): essa população desocupada do último trimestre de 2020 está dividida da seguinte maneira: 12,4% na região Norte, 17,2% na região Nordeste, 14,8% na região sudeste, 8,2% no Sul do país e 11,8% no centro Oeste.

Não podemos esquecer que devido às complicações ocasionadas pela pandemia da COVID-19 o primeiro grupo atingido resultando nessa desocupação foram os trabalhadores informais, que passaram a depender de auxílios governamentais emergências que podemos considerar quase inexistente ou pouco efetivo. Ressalto aqui, Antunes (Pág. 54, 2006) “A classe que vive do trabalho é tanto masculina quanto feminina”, essas morfologias do trabalho compostas por homens e mulheres de diferentes idades estão hoje sem o que podemos chamar de finalidade básica do ser social.

Não se nega a influência da pandemia da COVID-19 nesse cenário de ampliação do desemprego, porém destacam-se as ações neoliberais estabelecidas pelo atual governo federal que favorecem e fortalecem todos os discursos de expropriação das forças de trabalho com o aumento de jornadas e terceirização, que estão amparados na reforma trabalhista permitindo a legalidade dessas explorações. Resultando, por sua vez, em mais desemprego. Para Pozza (2020), se considerarmos a reforma trabalhista sancionada no governo de Michel Temer (MDB) teremos mais um fator de argumentação para o desemprego ou a precarização do trabalho:

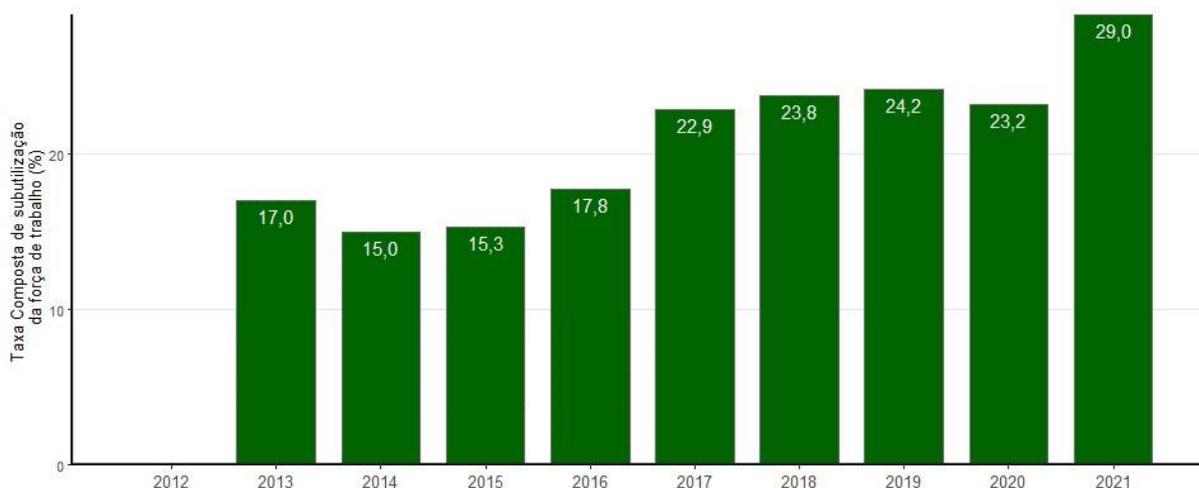
Contratos de trabalho são bastante precários haja visto o aumento da carga horária, a diminuição de salários, a perda de direitos trabalhistas, sem contar a maior incidência de acidentes no trabalho e a permanente ameaça de demissão. Além disso, fragiliza as organizações sindicais diante de negociações coletivas, fragmentando a categoria e enfraquecendo o poder de luta dos(as) trabalhadores(as). (POZZA, 2020).

Sendo assim, temos massas de trabalhadores sem emprego e uma parcela significativa de precarizados, obedecendo à lógica toyotista de flexibilização com o objetivo de maior produtividade, maior lucro e menor ocupação de trabalhadores, conforme demonstrado nos dados anteriores e afirmado por Antunes (2018):

O toyotismo, e de forma mais ampla a empresa flexível, aumentou significativamente a produtividade, uma vez que os trabalhadores operam várias máquinas diversificadas ao mesmo tempo, com maior ritmo e velocidade da cadeia produtiva, além da decisiva apropriação das atividades *intelectuais* do trabalho, interagindo com um maquinário automatizado, informatizado e digital, que possibilitou a retomada do ciclo de valorização do capital em detrimento dos direitos do trabalho, os quais passaram a sofrer um significativo processo de erosão e corrosão. (ANTUNES, 2018 p. 176.).

Para Kuenzer (2007) “a estratégia toyotista de definir a produção pela demanda, o mercado de trabalho passa a reger-se pela lógica dos arranjos flexíveis de competências diferenciadas”. Portanto, é de vital importância entender que tanto o modelo toyotista quanto a reforma trabalhista atrelada às consequências da pandemia e a baixa efetividade do governo nas políticas públicas pensadas para as classes mais baixas, resultou em uma ampliação da taxa subutilização da força de trabalho de 2020 para 2021, conforme indicado no gráfico 02 a seguir:

Gráfico 02 - Taxa composta de subutilização – trimestre de novembro a janeiro – 2012 a 2021 (%).



Fonte: IBGE (2021a), Diretoria de pesquisa, coordenação de trabalho e rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua.

A taxa de subutilização é formada pelos desempregados, trabalhadores com jornadas menores que 40 horas semanais, população que poderia está trabalhando e os desalentados

sendo aqueles brasileiros que desistiram de procurar trabalho (IBGE, 2021a). Nota-se um aumento de 5,8 % entre os anos de 2020 para 2021 o que nos corrobora a crer que as políticas públicas pensadas pelo governo federal ou são pouco efetiva ou não atende a parcela mais pobre da população a ponto de gerar trabalho para toda essa parcela populacional.

Soma-se ao quadro geral do desemprego no Brasil a reprodução de dois mitos: da empregabilidade e do empreendedorismo.

O primeiro mito, da empregabilidade que é fortemente difundida pela mídia governamental e mídia livre, diz que existem vagas de emprego, porém, não são assumidas por falta de formação ou qualificação da mão de obra. O que nos leva a duas linhas de raciocínio: se existem vagas para as pessoas qualificadas porque se amplia o número de pessoas com formação acadêmica em situação de uberização? E se existem vagas suficientes para atender essa população, faltando apenas sua formação, porque o governo federal não investe em um sistema de educação efetivo capaz de formar as massas trabalhadoras de todas as maneiras? Ou seja, onmilateralmente. Para Manacorda (2007, pág. 49.) o trabalho-ensino (intelectual, físico, tecnológico), como germe do ensino do futuro para todas as crianças (e não apenas para os filhos dos operários), é o “único modo de produzir homens onilaterais”.

O segundo mito, o do empreendedorismo, difundido efetivamente por livros motivacionais, canais no *youtube* e um número crescente de *coaches* ou *trainers* dentro da internet, diz que as massas expropriadas agora desempregadas devem transformar os seus poucos bens (casa, carro, telefone, etc.) em capital cabível de aplicação e investimento em função da construção do seu próprio negócio. Neste segundo caso, temos um número significativo de pessoas que são seduzidas pela possibilidade de torna-se seus próprios patrões, acumuladores de capitais ou simplesmente pessoas que não conseguiram se recolocar no mercado e que veem como únicas opções os trabalhos informais ou empreendedorismo. Ignora-se o fato de que todas essas pessoas perdem os seus direitos trabalhistas tais como férias, décimo terceiro, descanso semanal remunerado e em muitos casos para manter os seus pequenos negócios funcionando tem que sacrificar os seus finais de semana, feriados e sucumbir à expansão da jornada de trabalho. Acabando assim todo o tempo destinado a uma possível formação. Nota-se ainda que essa realidade não é exclusiva do Brasil, sendo um contexto globalizante de superexploração, para Antunes (2018):

O aumento da exploração do trabalho, que passou cada vez mais a se configurar de fato como *superexploração da força de trabalho*, além de aumentar o desemprego, ampliou enormemente a informalidade, a terceirização e a flexibilização da força de trabalho, processo esse que atinge

não só os países do Sul, as periferias do sistema, mas também os países centrais. (ANTUNES, 2018 p. 62.).

As consequências estruturantes do desemprego atingem áreas mais amplas do que demonstrada nas reportagens ou nos grandes meios de comunicação em massa. Pois dentro da lógica do capital, como cita Heller “O trabalhador deve privar-se de toda necessidade para poder satisfazer uma só, manter-se vivo” (1978, pág. 64 -65). Indo de encontro a esse pensamento Antunes (2006) afirma que:

131

O que deveria constituir na finalidade básica do ser social – a sua realização no e pelo trabalho – é pervertido e depauperado. O processo de trabalho se converte em meio a subsistência a força de trabalho torna-se, contudo, uma mercadoria, cuja a finalidade vem a ser a produção de mercadorias. O que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído. (ANTUNES, 2006, p. 126).

Deste modo o trabalhador nada mais é que uma capital mercadoria sendo levado pela lógica neoliberal, que descarta, deforma e precariza na mesma velocidade que a substitui ou se adequa ao próprio mercado. Caracterizando a realidade brasileira em um cenário pandêmico. Como afirma Antunes (2020):

A crise econômica e a explosão da pandemia do coronavírus, na interrelação que há entre elas, têm gerado impactos e consequências profundas para a humanidade que depende de seu trabalho para sobreviver. Além dos altíssimos índices globais de mortalidade, ampliam-se enormemente o empobrecimento e a miserabilidade na totalidade da classe trabalhadora. Em parcelas enormes desse contingente, como nos desempregados e informais, a situação torna-se verdadeiramente desesperadora, com o Brasil se destacando como um dos campeões da tragédia. (ANTUNES, 2020, p.09).

Assim, compreender que o aumento do desemprego resulta em condições estruturantes muito mais amplas é o nosso papel enquanto geógrafos. Além disso devemos constituir um frente ampla contra todas as atrocidades responsáveis pela deformidade das massas trabalhadoras, conforme afirma Antunes (2018, pág. 65) “*Uberização, walmartização, intermitência, pejetização*, esse será o léxico dominante no mundo do trabalho se a resistência e a confrontação não forem capazes de obstar o vigoroso processo de precarização estrutural do trabalho”. E as prerrogativas para a superação desse sistema é único, sendo ele uma formação onmilateral, o que para Marx acontece quando o homem se apropria de uma maneira onilateral do seu ser onilateral, portanto, como homem total (Marx, 1952, p. 261, 265 e 268).

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Através desta pesquisa foi identificado que, mesmo após um descompasso relacionado à economia e os aspectos da realidade empregatícia atual, houve considerável melhoria em relação ao mercado de trabalho. Os rendimentos médios domiciliares per capita foram de aproximados R\$1.320,00 em setembro de 2021 nas regiões brasileiras, com exceção no Norte, onde os valores salariais foram uma média de R\$900,00.

Algo que pode ser levado em consideração é a necessidade de profissionais cada vez mais conhecedores dos processos organizacionais; seja por meio de cursos superiores e técnicos, bem como em experiência de mercado. Como visto nesta pesquisa, há uma quantidade considerável de desempregados, em sua maior parte, mulheres e jovens, o que preocupa a economia como um todo. Isso fez e faz com que este (s) grupo(s) de trabalho tenham maior dificuldade de aplicação da força de trabalho (COTRIM, USP, 2009), que estão presentes em todos os processos empresariais.

É importante uma melhor orientação, neste momento, aos jovens em geral para que haja quebra do paradigma relacionado ao “problema crônico” da empregabilidade no país, no ano de 2022. É importante também, salientar que o problema da empregabilidade não é alinhado somente aos jovens. É importante a implementação de políticas alinhadas à especialização das pessoas para que haja também uma melhor inclusão no mercado de trabalho. Com isso, a possibilidade da ampliação da empregabilidade no mercado atual.

É também muito importante, maior e melhor capacitação de todos em um âmbito profissional, para que hajam mais inserções das pessoas no mercado profissional.

REFERÊNCIAS:

ANTUNES, R.: **Adeus trabalho: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho.** – 11ª Edição – São Paulo: Cortez; Campinas-SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006. 200 p.

_____, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo : Boitempo, 2018, 364 p.

_____, R. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado.** São Paulo: Boitempo, 2020. *E-book.*

FERREIRA, L. S. **Trabalho pedagógico na escola: sujeitos, tempo e conhecimentos.** Curitiba: Editora CRV, 2017.

HELLER, A. **Teoria de las necesidades em Marx**. Barcelona, editora: Península. 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE- PNAD (2020). **Desemprego**. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> > Acesso: dia 17 de Maio de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE- PNAD (2021a). **Taxa de desocupação**. Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30391-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-14-2-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-29-0-no-trimestre-encerrado-em-janeiro-de-2021> > Acesso: dia 16 de Maio de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE- População (2021). **Projeção Populacional**. Disponível em: < https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/box_popclock.php > Acesso: dia 16 de Maio de 2021

MANACORDA, M. A., **Marx e a pedagogia moderna**; [tradução Newton Ramos-de-Oliveira]. - Campinas, SP: Editora: Alínea, 2007, 211 p.

MARX, K. *Manuscritos economico-filosofici de 1844*. Roma: Edizioni Rinascita, 1952.

KUENZER, A. Z. Da dualidade assumida à dualidade negada; o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educação e Sociedade**, São Paulo, v. 28, p.1153-1178, 2007.

OLIVEIRA, C. B.; GONÇALVES, G. B. B. **Precarização do trabalho docente na Argentina, Colômbia e Brasil**: um estudo comparado. In: Segundo Congreso Nacional/ Primer Encuentro Latinoamericano de Estudios Comparados En Educación. 2008, Buenos Aires. Anais do Segundo Congreso Nacional/ Primer Encuentro Latinoamericano de Estudios Comparados en Educación. Buenos Aires, 2008. Disponível em: < <http://www.efdeportes.com/efd119/precariacao-do-trabalho-docente-na-argentina-colombia-e-brasil.htm> > Acesso em: 16 de Maio. de 2021.

POZZA, G. **Saídas do neoliberalismo em tempos de pandemia na rede pública estadual de Educação do Paraná**. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/saidas-do-neoliberalismo-em-tempos-de-pandemia-na-rede-publica-estadual-de-educacao-do-parana/> . Acesso em: 15. Maio. 2021.

SAVIANI, D.: **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. In: **Revista Brasileira de Educação** v. 12 n. 34 jan./abr. 2007, disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf> > Acesso em 16. Maio. 2021.